



**Ata da reunião ordinária do plenário do Conselho Municipal de  
Políticas Sobre Drogas e Álcool do município de São Paulo - COMUDA.  
Dia 3 de novembro 2020, das 14h às 17h.**

OBS: Esta reunião foi realizada em meio ao estado de calamidade pública do Estado de São Paulo, de acordo com o decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, e aconteceu remotamente por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*.

**Conselheiros presentes:**

	<b>Nome / e-mail</b>	<b>Instituição</b>
1	Marcia Helena Matsushita <a href="mailto:mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br">mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br</a>	Secretaria Municipal de Educação (SME)
2	Fernando de Oliveira Pereira <a href="mailto:fpereira@prefeitura.sp.gov.br">fpereira@prefeitura.sp.gov.br</a>	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME)
3	Rodrigo Ramos Pinto Medeiros <a href="mailto:rodrigoramos@prefeitura.sp.gov.br">rodrigoramos@prefeitura.sp.gov.br</a>	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SMDET)
4	Décio Perroni Ribeiro Filho <a href="mailto:dpfilho@prefeitura.sp.gov.br">dpfilho@prefeitura.sp.gov.br</a>	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)
5	Bruno Valsani <a href="mailto:bvalsani@prefeitura.sp.gov.br">bvalsani@prefeitura.sp.gov.br</a>	Secretaria do Governo Municipal (SGM)
6	Paulo Ferreira da Silva <a href="mailto:paulo.ferreira@saopaulo.sp.leg.br">paulo.ferreira@saopaulo.sp.leg.br</a>	Comissão Ordinária Permanente de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher
7	Elizete Aparecida Rossoni Miranda <a href="mailto:elizete@patriciabezerra.com.br">elizete@patriciabezerra.com.br</a>	Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
8	Alcione Moreno <a href="mailto:alcionem@uol.com.br">alcionem@uol.com.br</a>	Fundação Porta Aberta
9	Maria Angélica Comis <a href="mailto:angelica@edelei.org">angelica@edelei.org</a>	Centro de Convivência é de Lei
10	Cecília Motta <a href="mailto:cecimotta@uol.com.br">cecimotta@uol.com.br</a>	Associação de Apoio ao Projeto Quixote
11	Michel Willian de Castro Marques <a href="mailto:michel.c.marques12@gmail.com">michel.c.marques12@gmail.com</a>	Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas
12	Felipe Aureliano Martins <a href="mailto:felipemartins_fsp@usp.br">felipemartins_fsp@usp.br</a>	Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD)
13	Lindilene Toshie Shimabukuro <a href="mailto:lindilene@gmail.com">lindilene@gmail.com</a>	Instituto Sedes Sapientiae
14	Marcos Muniz de Souza <a href="mailto:mmuniz.souza@gmail.com">mmuniz.souza@gmail.com</a>	Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP/SP)
15	Vera Lucia Bagnollesi <a href="mailto:vbagnollesi@sp.gov.br">vbagnollesi@sp.gov.br</a>	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – representante do poder público
16	Andréia Fuchs Botsaris <a href="mailto:afuchs@crefито.org.br">afuchs@crefито.org.br</a>	Conselho Regional de Terapia Ocupacional (CREFITO-3)

### Conselheiros ausentes:

	Nome / e-mail	Instituição
1	Claudia Ruggiero Longhi (*justificada) <a href="mailto:claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br">claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br</a>	Secretaria Municipal de Saúde (SMS)
2	Jaciélma Cleide Nascimento Costa <a href="mailto:jncosta@prefeitura.sp.gov.br">jncosta@prefeitura.sp.gov.br</a>	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)
3	Ana Cecília Lessa (*justificada) <a href="mailto:aclessa@prefeitura.sp.gov.br">aclessa@prefeitura.sp.gov.br</a>	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)
4	Nilson da Silva Rosa <a href="mailto:nsrosa@prefeitura.sp.gov.br">nsrosa@prefeitura.sp.gov.br</a>	Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU)
5	Soninha Francine <a href="mailto:soniafrancine@saopaulo.sp.leg.br">soniafrancine@saopaulo.sp.leg.br</a>	Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude
6	Jaqueline Santos Viana <a href="mailto:jaqueline.viana@anhanguera.com">jaqueline.viana@anhanguera.com</a>	Faculdades Anhanguera
7	Tatiana Regina Criscuolo (*justificada) <a href="mailto:tatianacriscuolo@cremesp.org.br">tatianacriscuolo@cremesp.org.br</a>	Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP)
8	Rafael Gomes Mariano <a href="mailto:rafael.mariano@crfsp.org.br">rafael.mariano@crfsp.org.br</a>	Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF/SP)
9	Regiane Ferreira <a href="mailto:regiane@cress-sp.org.br">regiane@cress-sp.org.br</a>	Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS/SP)
10	Cristiano Ávila Maronna <a href="mailto:cmaronna@msm.adv.br">cmaronna@msm.adv.br</a>	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo (OAB/SP)
11	Marta Elena Reis <a href="mailto:martaelenaresi@yahoo.com.br">martaelenaresi@yahoo.com.br</a>	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – Representante da sociedade civil

### Início da reunião:

Décio inicia a reunião trazendo as pautas previstas: Debate com ao Comando da Guarda Civil Metropolitana, Comandante Elza, sobre o papel dessa Instituição na Política Municipal de Drogas e especialmente na Cracolândia; e, quadro de frequência dos Conselheiros e Conselheiras. A comandante Elza inicia sua fala dizendo sobre o papel da Guarda Civil atualmente e da percepção que tem a partir das experiências em campo. Contudo, ela sinaliza que está presente no Conselho para aprender, já que ela entende que os conselheiros do COMUDA é que são as referências para se falar de Drogas. Para ela, a Guarda deve servir aos moradores do bairro dos Campos Elísios, aos trabalhadores da administração pública que estão presentes no território e, principalmente, aos usuários. Conta que eles atuam fortemente através do grupo de prevenção às drogas para a segunda infância nas escolas e que têm como meta ampliar o alcance deste programa que ainda é tímido em relação a amplitude do território municipal. Junto a isto, ela conta também sobre o programa de formação continuada dos guardas. Diz que na Academia, há matérias que tratam das questões humanas do trabalho e, por isso, o agente está em um constante processo de sensibilização e conscientização. Para ela, o agente da Guarda Civil tem uma certa dificuldade de fazer reflexões acerca daquilo que o incomoda e isto é também comum na nossa sociedade como um todo. Se a sociedade é intolerante, machista e preconceituosa, é provável que eu tenha uma Instituição da mesma forma, e por isso o desafio que se coloca é o de desconstruir determinados paradigmas. Ademais, a Comandante diz que a conversa sobre drogas deve ser de toda a sociedade e não

apenas de setores específicos. Para ela, o avanço está na responsabilização. Isto é, a prerrogativa da Guarda é atuar na questão da segurança, entretanto trabalha também com prevenção. O momento da limpeza da cena de uso, segundo ela, é o mais conflituoso. Entretanto, nos demais processos, a Guarda fica no território, mas sem o objetivo de fazer abordagens ou trabalhar a questão da prevenção. Atualmente, a Guarda também atua em outras cenas de uso abertas da cidade onde, via de regra, há outros coletivos da administração pública. Caso contrário, a Guarda não atua de maneira individual. Décio agradece a exposição da Comandante e aproveita para questionar acerca da preparação do contingente, ou seja, num contexto repleto de tensões, como é a escolha dos agentes, que preparação eles têm. A Comandante esclarece que a Guarda Civil Metropolitana sofre com a questão da falta de efetivo, como qualquer outra instituição dentro da administração pública. O contingente de efetivo que trabalha no Programa Redenção, é específico, ou seja, atua apenas no Programa. Ela conta que o guarda fica de 6 a 8 meses trabalhando no efetivo fixo do Redenção e depois é substituído por um outro agente de outra inspetoria, indo também atuar em outra inspetoria da Guarda. Isso acontece porque há um entendimento de que o agente que entrou para a Guarda, não entrou para trabalhar naquele território repleto de conflitos, ele entrou para trabalhar em qualquer outro lugar que não ali. O trabalho no território da luz é bastante desgastante, uma vez que seu posto fixo é ali, faça chuva ou faça sol. São 8 horas mínimas para cada plantão nesta inspetoria, diferenciando-se das demais que contam com uma escala de 12 por 36 horas. A comandante esclarece que, na verdade, o plantão dos agentes da cracolândia também é de 12 horas, porém eles são recolhidos por 4 horas para descompressão, diferentemente dos outros contextos. Esta descompressão é feita na unidade da Guarda Civil Metropolitana e, num primeiro momento, significava 2 horas de treino físico e 2 horas de trabalho independente. Atualmente, depois de muito esforço, conseguimos destinar estas 4 horas para um programa de capacitação deste efetivo em descompressão que são destinadas tanto à questão operacional quanto à questão da legislação. Ela conta também que, neste mês, deve começar o projeto de parceria estabelecida com a Defensoria Pública para apoio psicológico do efetivo do Programa Redenção, justamente no momento de descompressão. A ideia é que, eventualmente, este trabalho seja ampliado a todo o efetivo da Guarda. Junto a isto, esclarece que há uma relação estreita com a Secretaria de Direitos Humanos e um trabalho de capacitação oferecido por eles no momento de início do curso ingressante de efetivo. Agora, mesmo em meio a pandemia, irão acontecer algumas rodas de conversa online, sem prejuízo em relação às anteriores. A Comandante cita também a colaboração das coordenadorias da Mulher, do Negro, da população LGBT e PopRua que sempre auxiliam nos processos de capacitação. Com relação ao decreto da zeladoria urbana, que é um processo que a Comandante entende que não deve contar apenas com a Guarda Civil, ela diz que vê o efetivo tão vítima quanto o usuário. E finaliza dizendo sobre a importância de conciliar as agendas entre a Guarda e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, além das demais Secretarias do município para que haja uma ampliação dos projetos que contemplam as dimensões de sensibilização e capacitação humana. Junto a isto, faz referência ao projeto de sensibilização oferecido pela Secretaria Municipal de Pessoas com Deficiência que terá início em breve na Guarda destinado às pessoas com deficiência auditiva. Com relação à pandemia, diz que é o momento, não só da Guarda, mas de todos, de reaprender. No caso específico deles, há uma necessidade latente de reaprender a fazer

segurança, fazer reuniões e etc. Para encerrar, diz que é o momento de projetar as ações para o público interno da Guarda para que eles possam entrar mais em contato com os trabalhos desenvolvidos pelas demais inspetorias, como a de defesa da mulher, por exemplo. Para a Comandante, o sentimento de pertencimento é muito importante para o trabalhador da Guarda, principalmente para ratificar ações, e reunida com o grupo de prevenção às drogas nas escolas, eles puderam chegar nesta demanda de “cuidar do cuidador”. Ao longo do ano, o número de baixas tem crescido dentro do efetivo da Instituição e isto acaba por assustar aqueles que ainda tentam fazer o seu trabalho. Marcos agradece a presença e exposição da Comandante Elza na reunião e diz que no dia 14 de Outubro aconteceu uma reunião no Ministério Público, convocada pelo Dr. Eduardo Valero, que contou com a presença da Comandante Elza e do Secretário de Segurança Urbana, o Dr. Celso Monari, da Comissão de Direitos Humanos da OAB e da Defensoria Pública, para debater acerca de algumas denúncias de violações de direitos na região da Cracolândia a partir das ações da Guarda, relativas à ação civil que ocorre desde 2017. A reunião faz parte de uma tentativa de se encerrar um ciclo histórico de violência. Marcos diz também que acredita que será produtiva e bem importante a parceria com a Defensoria que a Comandante citou que conta com o pessoal do laboratório da USP do Cristhian Dunker e Vladimir Safatle, e complementa dizendo que leu um texto do Lancetti que fala, justamente, da situação dos guardas que trabalham na região do centro, principalmente na Cracolândia, e experienciam o horror. Tendo isto em vista, Marcos conta sobre os encaminhamentos da reunião. Diz que houve um acordo sobre as situações de acionamento de bombas na Cracolândia, obrigatoriamente, gerarem um encaminhamento das imagens ao Ministério Público. Outra proposta da reunião foi da Comissão de Direitos Humanos da OAB sobre um formulário, chamado “via direta”, ser gerado quando houver uma situação de violação de direitos que chegue aos balcões e ouvidorias. A ideia é que este formulário seja automaticamente enviado à Defensoria, Ministério Público e Secretaria de Segurança Urbana. Neste sentido, Marcos questiona se estes compromissos continuam valendo e completa dizendo que, muitas vezes, as denúncias eram em relação a guardas que tiram os pertences pessoais dos usuários, desmontam as barracas fora do horário pactuado, entre outros. Por fim, Marcos pede para que a via do diálogo continue a ser privilegiada, tanto nesta instância quanto na ponta, com os usuários, mesmo com o atravessamento do tráfico, e que a Comandante continue trabalhando para manter a autoridade sem o autoritarismo. A Comandante esclarece que tanto no caso do formulário, como das imagens dos momentos eventuais de acionamento de bombas, a responsável pelo encaminhamento ao Ministério Público é a própria Secretaria de Segurança Urbana. Sendo assim, ela diz que irá se informar com o pessoal de lá e trará a resposta ao Décio para que ele transmita ao grupo. Décio pede para que a Comandante explique um pouco mais sobre a parceria com a Defensoria e o trabalho que será desenvolvido. A Comandante diz que, no ano passado quando assumiu o comando da Guarda, teve uma reunião logo de cara na Secretaria de Direitos Humanos e ouviu algumas queixas em relação à violência praticada pela Corporação. Imediatamente, pensou que nem ela e nem outros agentes saiam para trabalhar pensando em praticar atos violentos no decorrer do dia e que esta visão sobre o trabalho que exercem poderia ser mais aprofundada. Em função disso, começou a entender a necessidade de que o lado da Guarda também seja considerado e que os demais atores envolvidos na política de drogas do município pudessem ouvir mais de perto o

agente de segurança. Sendo assim, a partir desta reunião, iniciou-se o trabalho de parceria que citei. A ideia é que exista um espaço seguro, sem a presença do Comando, para que os agentes possam compartilhar o que sentem em relação ao trabalho sem medo de compartilhar suas opiniões e experiências. Para a Comandante, qualquer agente, seja da saúde, assistência ou segurança, que trabalhar no território da Cracolândia 8 horas por dia, não irá sair da jornada diária de trabalho muito tranquilo. Foi, então, que a Dra. Daniela, da Defensoria, disse que estava pensando em algo para dar conta desta demanda e trouxe a proposta de rodas de conversa com a equipe de escuta psicológica da USP. A ideia é que eles venham até o território no momento da descompressão para, coletivamente, conversarem sobre o trabalho e suas repercussões. Aquele guarda que tiver interesse e/ou necessidade, também poderá receber um apoio psicológico individualizado. A Comandante sinaliza, contudo, que o mais importante deste projeto é a possibilidade do agente ter um lugar de fala e ser escutado. Os encaminhamentos tirados nestas rodas de conversa só sairão de lá, caso o grupo entenda que é assim que deve ser. A Comandante finaliza dizendo que está muito feliz com esta conquista e que acredita ser esse o caminho para conseguirmos ter ações mais humanas e que respeitem os direitos. Para ela, se o guarda for reconhecido e, também, se reconhecer enquanto sujeito de direitos, ele terá mais tranquilidade para exercer sua função sem atos violentos. Marcos pergunta sobre o impacto do fechamento do Atende 2 no fluxo da Cracolândia para a GCM. Isto é, traz relatos de que esta situação acarretou, para os usuários, um sentimento de ausência de referência em relação aos serviços públicos na região e gostaria de entender como esta situação é sentida pelos agentes da Guarda. A Comandante diz que percebe um movimento muito cíclico com relação à presença da Prefeitura no território, ou seja, há fases em que a temperatura do trabalho está alta e outras em que tudo fica mais controlado. Para ela, seria interessante que os próprios agentes que ali estão pudessem dar esta resposta e dizer como sentiram a ausência das equipes de saúde e assistência que atendiam neste serviço de referência da região. De fato, a gestão do programa Redenção é feita pela Secretaria e Governo e a proposta de trabalho da Guarda não é intervir da mesma maneira que os atores integrantes de serviços como o Atende. Assim, para ela, é importante também que aqueles que tomaram esta decisão possam esclarecer suas motivações, seja de cunho político ou técnico, porque o trabalho que chega para a Guarda é definido em instâncias superiores e, de certa forma, a Comandante apenas executa. Marcos agradece a resposta da Comandante e aproveita para dizer sobre seu entendimento da situação. Para ele, a debandada do serviço público da região diz muito sobre a atual situação de constantes conflitos e tensões que vem ocorrendo. De certa forma, ali virou uma terra de ninguém, mais do que antes, justamente pela ausência da Prefeitura. Décio pergunta acerca das situações mais críticas de violência, por parte de alguns turnos de agentes, e lembra que a Cracolândia por si só já se trata de um território violento. A Comandante Elza diz que se lembra do Décio justamente das rodas de conversas que a SMDHC promoveu com os agentes. Segundo ela, foi ali que nasceu todo este projeto que foi se desenvolvendo ao longo do ano e ela procura refletir bastante sobre esta questão de haver um contingente mais violento ali na cena de uso. Diz que se pergunta como poderia fazer para parar ou diminuir este ciclo e tenta pensar a partir do repertório subjetivo daquele trabalhador que está em campo, como o próprio sentimento de impotência e o sofrimento dele decorrente. A missão da instituição que ele escolheu é fiscalizatória e, neste sentido, diz que acredita que é por meio da educação que se torna possível delinear mais

claramente os objetivos de fiscalização sem abuso de poder, sem autoritarismo, porém com autoridade, como disse Marcos. Para a Comandante, o desafio é que se trata de educação para pessoas já adultas, com diversas opiniões e comportamentos já bem estabelecidos. Às vezes, até, com histórico de violência também em sua vida particular. Como exemplo, ela cita o último edital da Guarda que tinha 35 anos como idade de referência para o agente que quisesse ingressar na Corporação. Conta também sobre um outro projeto que tratará das questões relativas ao Machismo, ainda muito intrínseco à GCM que é composta, majoritariamente, por homens. Desta forma, a Comandante vê a própria instituição como parte promotora de violências ainda e por isso procura se responsabilizar e desconstruir tais práticas. É por meio de ações como estas que ela pensa poder intervir nesta realidade: ouvindo suas percepções sobre o trabalho, seus sentimentos e, em outras palavras, dando um lugar de fala ao agente. Assim, a capacitação, educação e o próprio posicionamento da Instituição são fundamentais para qualquer mudança. A GCM também é um braço da administração pública e por isso também reflete o que pensa a Prefeitura. Se há uma gestão intolerante em determinadas questões, também assim será a execução dos serviços públicos e vice-versa. A solução para evitar excessos, segundo ela, seria termos diretrizes mais rigorosas estabelecidas em lei, fazendo com que as instituições públicas tenham, independente da gestão, seus “modus operandis” mais rigidamente estabelecidos, sem tantas variações. De todo modo, apesar de significar um processo complexo e desafiador, a GCM tem olhado para estas questões. Angélica questiona acerca da fiscalização de venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos. Em 2007, surgiu uma lei que colocou o COMUDA como um dos órgãos fiscalizadores desta questão mesmo sendo este conselho um órgão apenas consultivo e sem orçamento. Assim, ela pergunta como a Comandante imagina que o Conselho poderia atuar para auxiliar este trabalho da GCM e de toda a sociedade. A Comandante responde que a GCM não atua diretamente com a fiscalização da bebida alcoólica a não ser que ela esteja próxima à escola municipal, atuando já com algum projeto, e então ela pode ir ao bar para verificar algumas questões. Fora deste contexto, a fiscalização dos bares é de responsabilidade das Prefeituras Regionais e só ela tem a competência legal para fazer o auto de infração dos estabelecimentos. Já na rua, esclarece ela, quando a GCM está atuando com o comércio ilegal, é quando ela tem mais liberdade para verificar as questões relativas à venda de bebidas a menores de idade. A Comandante conta também que tem denúncias de uma ONG que atua na região do Campos Elísios que, para arrecadar dinheiro, promove a venda de bebidas alcoólicas para usuários da região. Em sua opinião, esta é uma situação esquisita porque aquele que quer combater o abuso de álcool é o mesmo que vende o álcool. De todo modo, ela diz que a GCM não tem meios para verificar estas denúncias, uma vez que não são polícia judiciária apta a realizar investigações. Décio aproveita para perguntar mais sobre o trabalho de prevenção nas escolas e sobre as modificações previstas. A Comandante diz que o trabalho do GEPAD existe desde os primórdios da GCM e é belíssimo, por isso as mudanças, que inclusive vieram de pedidos dos próprios agentes, em sua maioria, serão apenas na operacionalização do programa e não em sua estrutura. A ideia é que o GEPAD também seja incluído no processo de cuidado da Instituição GCM e, neste sentido, criar espaço para que o sentimento de pertencimento dos agentes também seja um fator a ser considerado. Completa dizendo sobre o curso que fez, anos atrás, para inspetora e que na aula cujo tema era “drogadição” era nítido que havia um grupo com um posicionamento mais aprofundado e um

grupo mais ligado ao senso comum. Para ela, aí que está o ponto: há de se trazer a discussão para dentro da Instituição. Em seguida, ela passa a palavra ao Diógenes, agente da GCM, para contar um pouco mais sobre as mudanças na operacionalização do GEPAD. Diógenes começa sua fala com uma metáfora: o rio não existe sem a nascente. Neste sentido, diz que este é o norte do projeto, o de buscar também lançar o olhar para as causas do problema. E prossegue lembrando que, atualmente, existem algumas cenas de uso na Cidade, não apenas a Cracolândia, na região da Luz, e que por isso o trabalho de prevenção nas escolas e em outras instituições se faz bastante necessário. Esta é uma política instituída pela Lei nº16867/2018 que prevê a participação da GCM. A ideia é abranger não só o público da instituição, como também, toda a comunidade local, mas com certeza, para ele, é um grande desafio porque o tráfico não para. Na pandemia, por exemplo, ele diz que a maior dificuldade foi repensar as estratégias de enfrentamento ao comércio ilegal de drogas e dar continuidade às conversas com os alunos, mesmo que de forma online. O tráfico se reinventa e ocupa os espaços muito rapidamente, inclusive em espaços “domésticos”, como feiras de bairro. Na opinião de Diógenes, a droga em si não é um problema, mas sim o uso abusivo que pode gerar violências. Por isso, compartilha o seu orgulho em relação ao trabalho da Comandante em trazer uma perspectiva mais humana para os agentes. Para ele, é fundamental que o guarda entenda um pouco sobre as dores das pessoas que vivem e frequentam as cenas de uso. Décio agradece a exposição e diz que um trabalho interessante para ajudar na compreensão dos fenômenos que assolam as cenas de uso é buscar inspiração nas experiências exitosas dentro e fora do nosso país. Diz também que, se o Conselho concordar, é possível pensar numa segunda conversa em que o foco seja, justamente, as ações do GEPAD. Assim, não só pode-se saber mais detalhes, como o Conselho pode contribuir com alguma atualização sobre o Programa. Marcos questiona acerca da possibilidade de retorno da Inspeção de Redução de Danos que fez parte da gestão anterior da Prefeitura. Havia registros muito ricos enquanto histórias de vida, indicadores da política, dados etnográficos e etc. Ele entende os atravessamentos políticos e partidários deste contexto, mas diz que seria uma possibilidade bem legal se a GCM pautasse essa questão juntamente com a Sociedade Civil e com o próprio Governo. Finaliza lembrando que na época dos hotéis sociais, os guardas que faziam a mediação, função hoje extinta da política de drogas, diziam que os pactos estabelecidos naquele contexto eram muito mais duradouros justamente porque eram feitos entre os próprios moradores dos hotéis e não impostos de maneira vertical. A Comandante esclarece que a implementação da Inspeção e seu desmonte não aconteceram na sua gestão de Comandante da Guarda e que, ainda que não exista mais a função do mediador dos hotéis, o número de efetivo dentro da corporação não mudou, ou seja, aquele agente continua na corporação, porém em outra inspeção, de acordo com as diretrizes de cada gestão municipal. Ela reafirma que mudou a ação da administração pública e, portanto, mudou a ação da GCM. Outra questão é a idade média dos agentes atuais que é de 47 anos, fato que traz muitas implicações se compararmos com um efetivo de 10 anos atrás. Esta idade para a atividade exercida pela GCM é muito alta e isso tem consequências, como os diversos afastamentos que temos tido ultimamente, seja por questões de saúde física ou psíquica. Atualmente, ela conta que trabalha com até 30% a menos do efetivo, fato que impacta diretamente na produtividade do agente e da Instituição como um todo. Completa dizendo que torce para que, na próxima gestão, independente do candidato, ela possa contar com mais investimento

na GCM, principalmente para dar conta do bem mais valioso da Instituição, o recurso humano. Junto a isto, há também o crescente percentual relativo às aposentadorias, que até 2022 deve representar mais de 10% do efetivo atual. Finaliza, então, dizendo que é fundamental que haja uma renovação na corporação não só em relação aos projetos, mas principalmente em relação ao efetivo. Para ela, é fundamental que entrem pessoas mais jovens, com novas ideias, porque ela, assim como diversos outros agentes, já estão corrompidos com comportamentos de 1986. Décio agradece a presença da Comandante e dos demais agentes da GCM na reunião e diz que é um entusiasta da ideia de cuidar do cuidador, principalmente nas Instituições que atuam diretamente com a população vulnerável. Entretanto, imagina que essas práticas devem transcender as parcerias e, em um segundo momento, se institucionalizarem para que, independente da gestão, elas continuem garantidas. Angélica questiona acerca dos motivos da inclusão da GCM na pauta desta reunião. Décio esclarece que desde junho, mais ou menos, esta conversa com a GCM vem acontecendo por conta das questões relativas à violência na Cracolândia, conforme foi debatido aqui no Conselho, e a data possível para que eles participassem da reunião, foi esta. Então, diz que não houve nenhuma relação com a reunião do MP. Junto a isto, levanta uma proposta de que o Conselho possa emitir um comunicado e/ou nota ao Governo dizendo que contou com a participação da GCM nesta reunião e debateu acerca dos projetos e de sua atuação, especificamente, na Cracolândia. A partir daí, levantar alguns pontos que saíram desta conversa, como o investimento na corporação. Passa a palavra aos conselheiros para que se manifestem a respeito. Angélica diz que se ele estivesse na reunião com o MP, que contou com a presença do Secretário de Segurança Urbana, Celso Monari, ele não teria esta mesma ideia. Décio diz que a questão é justamente esta, fica claro que a orientação para ações mais violentas vem de cima, do gabinete. Marcos questiona a respeito do Comitê de gestão do Programa Redenção. Bruno esclarece que a GCM participa do Comitê Gestor, na figura do Secretário, e do Núcleo Técnico, na figura do Coronel Miranda. Com relação às diretrizes, ele diz que há um alinhamento de gabinetes para as questões como segurança, zeladoria e etc. E questiona a quem seria o endereçamento desta eventual nota que contaria da conversa com a GCM. Décio diz que poderia ser endereçado ao Núcleo Gestor para ir de acordo com a estrutura do Programa. Completa dizendo que, talvez, fosse o caso também de mandar para o Secretário de Governo, já que ele é o coordenador do Núcleo Gestor. Bruno diz que entende ser muito importante o endereçamento correto para que a responsabilidade da resposta possa ser atribuída a quem de direito. E pede para que Décio explique um pouco mais sobre o que pensou a respeito deste texto. Décio diz que a ideia seria manifestar preocupação com a Guarda e com sua atuação dentro da política pública. Um texto que, justamente, demonstrasse o interesse em práticas mais humanas e sensibilizadas da Guarda e que informe sobre os pontos que conversamos aqui, como o desinvestimento da inspetoria da região do Centro cujos agentes ficam na Cracolândia. Alcione diz que está de acordo com esta proposta e coloca que seria legal que o Décio, como presidente, possa elaborar o documento e encaminhar para os demais conselheiros por email para que o processo de construção não seja tão demorado. Cecília diz que acha complicada a questão da GCM atuar com prevenção nas escolas e que acha mais interessante que a gente possa trabalhar numa capacitação com os agentes, já que, como falou a Comandante, há grupos que são mais truculentos e outros que se sensibilizam mais. Assim, como técnicos, poderíamos contribuir

para que esses agentes estivessem mais preparados para a atuação junto ao indivíduo que faz uso abusivo de drogas e tem uma questão de saúde. E continua sua fala dizendo sobre a dificuldade da GCM em relação a descontinuidade de diretrizes a respeito do tema das drogas. Há uma quebra sempre que as inspetorias mudam e a consequência disso é que a forma de pensar o problema também muda. Não há uma política para a Guarda que assegure a continuidade de um trabalho com o usuário de droga. Neste sentido, ela pensa que o texto poderia caminhar nesta direção de recomendarmos uma maior continuidade, a construção de uma política de continuidade e que sirva também para as demais inspetorias que forem trabalhar com o tema do usuário de drogas. Décio lembra que há uma lei de 2018 que os coloca como responsáveis por este trabalho de prevenção nas escolas. Cecília diz que se referiu a um momento muito anterior a 2018 e que, provavelmente, a Lei veio porque eles já faziam este trabalho mesmo que não de forma regulamentada. Para ela, não é da competência deles trabalhar com prevenção, ainda mais nas escolas em que a figura da autoridade se impõe de uma forma coercitiva para os jovens. Márcia concorda com a Cecília e conta que teve uma reunião com as diretorias regionais para apresentar a linha de trabalho do TAMO JUNTO e do FAMÍLIAS FORTES. Nesta ocasião, percebeu que alguns ajustes foram feitos no GEPAD após a contribuição da Secretaria de Educação e que algumas mudanças se concretizaram. Por exemplo a respeito da forma com que a GCM entrava nas escolas. Muitas vezes, não havia diálogo prévio com a Secretaria de Educação, eles simplesmente agendavam com o diretor da unidade. Angélica diz que concorda com a importância de apresentarmos os programas e projetos já existentes para que eles possam fazer as adaptações necessárias e que é fundamental que o Conselho conheça o material usado neste trabalho de prevenção da GEPAD. Décio diz que não entende muito bem como a corporação pode ter esta autonomia. Angélica diz que ela ainda estava na gestão quando a articulação com a Secretaria Urbana foi feita e conta que nem passou pela Secretaria de Direitos Humanos o projeto desta Lei, em 2018. Frisa, portanto, a importância do COMUDA conhecer de perto este trabalho que abrange muitos jovens. Décio concorda em fazer o texto e encaminhar por email aos conselheiros para que possa ser encaminhado via SEI ao Comitê Gestor e ao seu coordenador, o Secretário de Governo. Décio segue para o segundo ponto da pauta relativo às frequências dos conselheiros. Alcione faz um informe, antes de seguir com a pauta, sobre um evento da Fundação Porta Aberta e Fundação Vanzolini que acontece no dia 11 de novembro, as 19h, com o tema de Sexualidade. Angélica também traz um informe a respeito do relatório mundial de Redução de Danos lançado pelo Estado na semana anterior à reunião. Ela se prontifica a encaminhar por email aos conselheiros para que todos possam ter acesso. Michel também informa sobre o lançamento da Plataforma brasileira de Políticas de Drogas de um manual para os municípios que é um convite à inclusão em tempos de proibição. Ele esclarece que já compartilhou o material no grupo dos conselheiros no whatsapp, mas pede para que Décio encaminhe por email também. Décio compartilha a informação a respeito do recebimento de um ofício da SMADS que pede a indicação de um membro aqui do Conselho para integrar a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Ele diz que pensou no nome do Jorge Arthur já que ele já era o representante do Conselho nesta Comissão. Neste sentido, coloca à disposição de todos a indicação deste nome para continuar o trabalho na Comissão. Como Jorge não está presente na reunião, todos concordam em indicá-lo mediante sua autorização em contato

futuro com o Décio. Décio aproveita para compartilhar sobre o andamento da reestruturação do Regimento Interno e da sistematização da 7ª COMPAD. Diz que pensa na possibilidade de agendar uma reunião extraordinária para isto e pergunta a opinião dos conselheiros. Paulo concorda com uma extraordinária. Alcione propõe que já seja agendada uma data e fica combinado o dia 17 de novembro, às 14h. Décio se compromete a finalizar o trabalho nos grupos na próxima semana e em compartilhar este material por email antes da extraordinária para que todos possam ler com calma. Elizete pergunta se as opções de ordenamento do roteiro que ela passou foram incorporadas no texto da COMPAD. Décio diz que as sugestões foram incorporadas em parte, porque não havia informação suficiente sobre a COMPAD para incorporar todos os pontos sugeridos. Andreia contextualiza que está chegando agora no grupo pelo CREFITO e pede para que o Décio a adicione no grupo de Whatsapp. Décio, então, retoma a pauta e diz que a partir da planilha que foi compartilhada a todos sobre as frequências, alguns retornos foram feitos e, portanto, alguns ajustes também. Diante disso, o gabinete da SMDHC emitiu alguns ofícios que já foram encaminhados para as entidades e órgãos do Governo. Tiveram duas respostas, uma inclusive foi do CREFITO. Foram enviados ofícios para o CREFITO, Anhanguera, ABRAMD, GCM e CONED. Felipe questiona este ofício, uma vez que mandou um email um pouco antes desta reunião explicando melhor a situação a respeito das 3 faltas seguidas relativas ao processo de mudança de representação entre ele e Jorge Arthur pela ABRAMD. Ele lembra que houve um equívoco na hora de lançar o representante da ABRAMD que foi o nome do Jorge Arthur, mas era para ter ido o dele, por conta de um ofício antigo. Depois, ele diz que foi pedida uma nova indicação para a ABRAMD e o nome dele foi, então, lançado corretamente no Diário Oficial. Independente disso, as 3 primeiras faltas seguidas não procedem porque mesmo que ainda tivesse enrolada a nomeação oficial, o Jorge Arthur ou ele mesmo estavam sempre presentes nas reuniões. Já em relação a março, abril e maio, ele diz que tinha se programado para férias, já que seria o nascimento de sua filha, e pede para que isto seja considerado em relação à possibilidade de abono das faltas. Em seguida, retoma o momento em que havia feito o comunicado para os conselheiros sobre a sua saída do Conselho, mas voltou atrás por conta de uma conversa interna com a ABRAMD que definiu que ele continuaria como titular e Jorge continuaria acompanhando também. De todo modo, Felipe diz que estas faltas foram se justificando e que está no COMUDA há pelo menos 5 anos, sempre participando ativamente das discussões e deliberações. Décio esclarece que o ofício inicial veio com o nome do Jorge Arthur, conforme Felipe havia dito, mas não foi do ano passado, foi de agora, desta gestão. Felipe interrompe e diz que gostaria de ter acesso a este ofício citado porque pelo que se lembra, era antigo sim este ofício com o nome do Jorge Arthur como titular. Décio diz que não há pelo que se preocupar com esta situação até porque o registro de presença é contado a partir do momento em que o ofício é publicado no Diário Oficial. Junto a isto, diz que é possível abonar a falta relativa às férias no mês de março, sem nenhum problema. Neste caso, então, a sua situação muda e volta a ficar regular apenas com duas faltas seguidas. Com relação à Secretaria de Esportes, foi enviado um email do novo representante dizendo que ele não conseguiria estar presente nesta reunião. Everton cumprimenta a todos e se apresenta como representante da Secretaria de Esportes, porém diz que o titular é o Fernando que não conseguiu estar presente. Conta que o gabinete fez a nomeação, mas não comunicou nem ele e nem o Fernando e por isso eles acabaram ficando ausentes em algumas reuniões do

Conselho. Décio agradece a explicação do Everton e esclarece que, com relação à suplência, não há previsão legal neste Conselho. Isto é, apenas o titular é que conta presença. Por isso, pede para que ele veja direitinho na Secretaria e também com o Fernando, quem será o titular para que possa acompanhar as reuniões sem prejuízos com relação às faltas. Décio conta que, em relação à Anhanguera, eles abdicaram da representação no Conselho, de modo que fica, então, em aberto a vaga de representação da Comunidade Acadêmico-Científica. Por isso, propõe que os conselheiros pensem no estabelecimento de critérios para que a vaga seja preenchida o mais breve possível ou, caso optem por fazer indicações, a votação na plenária é uma opção também. Michel reitera a indicação já formalizada por email para esta vaga. Indica o NEPSIS que é o núcleo da UNIFESP. Angélica concorda com a indicação e diz que o NEPSIS tem feito um trabalho muito interessante dentro dos CAPS e outros serviços e que tem uma equipe diversa e também muito interessante. Michel conta que o NEPSIS têm atuado bastante com educação na juventude e estudos sobre métodos de prevenção nas escolas. Marcos concorda com a indicação e diz que é isto que o Conselho precisa, uma Instituição que tenha acúmulos científicos e deseje contribuir ativamente nas nossas discussões. Décio diz que há a possibilidade de haver outras indicações e pergunta aos conselheiros como podem proceder com relação a este processo de ocupação da vaga. Para ele, é importante haver uma abertura do COMUDA neste sentido para que outras Universidades possam também se manifestar sobre uma representação neste Conselho. Angélica concorda. Michel coloca que seria interessante que os demais conselheiros possam trazer suas indicações com algumas informações a respeito das atuações dessas Instituições e, na plenária, discutimos e votamos. Bruno diz que acredita ser muito importante que esta ocupação aconteça brevemente, mas também acredita que o processo de discussão de como esta ocupação ocorrerá é tão importante quanto a própria ocupação. Ele lembra que no dia 17 haverá a discussão sobre a minuta do Regimento Interno e nela terá alguma indicação com relação, justamente, ao procedimento para entrada de novas Instituições no Conselho. Por isso, ele diz que é um momento muito propício para que todos os conselheiros possam fazer este exercício de pensar o processo todo. Ele frisa a relevância em definir os critérios para a aplicação de um procedimento, como a entrada de uma organização no COMUDA. Assim, ele acredita que há mais chances para o processo democrático acontecer. Décio concorda com a fala de Bruno e diz que acredita que o processo sugerido por Michel e Angélica, de que os conselheiros tragam as suas indicações para discussão em plenária, parece privilegiar os pontos levantados por Bruno. Angélica entende o processo a partir das indicações dos conselheiros e da deliberação da Plenária para que, em seguida, haja a indicação ao Prefeito. Alcione diz que, no processo de entrada da Fundação Porta Aberta ao COMUDA, foi exatamente assim como disse a Angélica. Ela conta que a FPA ficou anos como ouvinte para depois, quando aparecesse uma vaga, ser indicada por algum conselheiro. Angélica conta que quando a ABRAMD entrou no COMUDA, o Conselho já havia manifestado interesse na participação do NEPSIS, porém eles não estavam muito seguros se iriam conseguir participar ativamente das discussões naquele momento. Ela diz também que o PROAD voltou ao CONED recentemente e também, em sua opinião, é uma Instituição muito interessante para participar do COMUDA. Décio lembra também do Comitê de Regulação do Álcool, do Guilherme Messas na Santa Casa, e Angélica diz confirma o interesse do NEPSIS em compor com o COMUDA, caso o Conselho entenda ser a melhor opção. Décio questiona acerca do

prazo para isto. Cecília diz que pode falar com o Dartiu para sondar a possibilidade de participação do PROAD. Fica acertado, então, que esta discussão das indicações dos conselheiros será incluída na pauta da ordinária de Dezembro e que os conselheiros têm até lá para fazer as suas articulações. Junto a isto, Décio se compromete com a celeridade no processo de indicação ao Prefeito, uma vez que o nome for decidido na plenária.